



1 **ATA DA REUNIÃO CONJUNTA CEPRAM/CONERH/CIEA/FBCH**

2 No dia oito de maio de 2013, no auditório da Procuradoria Geral do
3 Estado - PGE realizou-se a reunião conjunta dos Colegiados.
4 Estiveram presentes membros integrantes do Conselho Estadual do
5 Meio Ambiente – Cepram, Conselho Estadual de Recursos Hídricos –
6 Conerh, Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental – Ciea,
7 Fórum Baiano de Comitês de Bacias Hidrográficas - FBCH, Eugênio
8 Spengler presidente dos Colegiados, Mariana Mascarenhas secretária
9 Executiva, secretário da Casa Civil Rui Costa. O conselheiro Eugênio
10 Spengler cumprimentou a todos e abriu a sessão; esclareceu que esta
11 reunião se tratava de uma pauta única para discutir as ações de
12 convivência com a Seca, estrutural e de emergência que estão sendo
13 desenvolvidas e coordenadas pela Casa Civil com a participação do
14 Governo Federal e das Prefeituras Municipais e algumas entidades da
15 sociedade civil que mantém Convênio e participam desse processo.
16 Passou a palavra a Rui Costa para apresentar o conteúdo de forma
17 geral. Rui Costa enfatizou que essa ação passou a ser denominada de
18 Comitê Estadual de Convivência com o Semiárido; salientou que o
19 objetivo era implementar políticas de convivência com o clima; disse
20 que o Comitê foi criado desde de março de 2012, reúne todos os
21 órgãos do Governo do Estado e Federal que diretamente ou
22 indiretamente atuem nas ações voltadas a convivência com o
23 semiárido, algumas de forma permanente e esporádica; registrou que
24 já ocorreram 45 (quarenta e cinco) reuniões do Comitê na Casa Civil;
25 foram feitas 4 videoconferências com todos os territórios de identidade
26 em situação de emergência; disse que em 2013 foram iniciadas
27 reuniões itinerantes do Comitê Estadual para as ações de Convivência
28 com o Semiárido; contou com a participação de 250 Prefeitos; falou
29 dos municípios em situação de emergência; nível das Barragens;
30 ressaltou que a Embasa investiu com recursos próprios R\$ 1,17
31 bilhão, de 2007 a 2012; falou da evolução dos investimentos no
32 Programa Água para Todos; fez demonstração gráfica sobre o
33 abastecimento de água através de poços de 2000 a 2013; cisternas,
34 sistemas simplificados; construções de Barreiros e situação executados
35 através da Companhia de Ação Rural do Estado da Bahia - CAR e

36 CODEVASF; investimentos de 26 milhões do MI, BNDES, CODEVASF
37 e Governo do Estado com barragens subterrâneas; destacou que
38 foram 225 município atendidos através de Convênios; disse que o
39 Programa Águas do Sertão foi dividido em três blocos para região
40 Nordeste, Noroeste e Sudoeste; registrou as ações que foram
41 concluídas: adutora de Pedras Altas; adutora de Algodão nos
42 Municípios de Guanambi, Serrinha-Coité, São Francisco-Irecê; Sistema
43 de Abastecimento de Água nos Municípios de Andorinha; falou da
44 integração do Sistema de Abastecimento de Água - SAA de Andorinha
45 ao Sistema de Irrigação de Abastecimento de Água - SIAA da Caraíba
46 Metais, Cafarnaum, Pedro Alexandre, Santana; ressaltou que as
47 Barragens concluídas entre 2007 a 2012, teve investimento de R\$103,4
48 milhões; disse que estava previsto a ampliação da cota de algumas
49 Barragens; falou das ações concluídas de SAA pela Codevasf com
50 investimento total de R\$ 35 milhões; ações a serem inauguradas com
51 investimento de R\$ 99 milhões; ações que estão em andamento nos
52 Municípios de Sento Sé e Sitio do Mato; falou dos novos projetos;
53 novas proposições de Barramento; novas seleções com recursos
54 assegurado do PAC2 com projetos de abastecimento de água; PAC,
55 semiárido e prevenção; comentou sobre as ações estruturantes que
56 serão executadas pela CODEVASF, Programa Mais Irrigação com um
57 novo modelo; segurança do rebanho, modelo de sistema de água doce;
58 registrou que tinha um projeto executivo concluído Barragem de Casa
59 Branca no Município de Mucugê; ressaltou que para a 4ª. Seleção do
60 PAC foi cadastrada mais de três bilhões para água e esgoto; disse que
61 estava em fase de conclusão em várias cidades do recôncavo projetos
62 de esgotamento sanitário; disse que estava previsto a execução da 3ª.
63 Adutora do Rio São Francisco considerando a região mais vulnerável
64 em termos de abastecimento humano; disse que estava se adotando
65 várias tecnologias para segurança hídrica; falou sobre os projetos de
66 irrigação; ações de segurança alimentar no semiárido; ressaltou que o
67 grande equilíbrio que se busca, além do abastecimento de água, era
68 retomar ou fortalecer um conceito de convivência e de manejo do meio
69 biótico- caatinga para convivência do homem com o semiárido; falou
70 sobre a mobilização que obrigará as associações, cooperativas ou
71 agricultor que tiver acesso a benefício do Governo para plantar palmas;
72 falou que o projeto de água tem um Convênio assinado com o
73 Ministério do Meio Ambiente - MMA de R\$ 61 milhões que visa
74 dessalinizar água para abastecimento humano; destacou as ações

75 emergenciais: garantia de safra, bolsa estiagem que contempla 201 mil
76 famílias; crédito emergencial; distribuição de alimentos; ações
77 emergenciais para venda de milho subsidiado; destacou a ação dos
78 carros pipa e o aumento de investimento; ressaltou que novas medidas
79 foram anunciadas pelo Governo Federal; destacou o modelo do
80 sistema água doce; por fim encerrou dizendo que essas ações não
81 serão suficientes se não se fizer um processo forte de educação
82 ambiental e educação para convivência com o semiárido, para que haja
83 o equilíbrio da sustentabilidade econômica, financeira, social e
84 ambiental no território baiano. O conselheiro Eugênio Spengler abriu
85 espaço para as intervenções do plenário. Passou a palavra ao
86 conselheiro Júlio Cupertino dos Santos representante do Conerh que
87 reiterou solicitação e informações sobre a situação da construção de
88 uma Barragem no Distrito de Baraúna, Município de Seabra, próximo
89 ao Rio Coxó que estava totalmente assoreado e causará grande
90 impacto na Comunidade Quilombola. Bernadeth Simões membro
91 integrante da Ciea representante do Território do Bioma Caatinga;
92 solicitou que as reuniões itinerantes do Comitê não fossem restritas
93 aos Prefeitos; sugeriu ampliação dos Convênios com as Instituições da
94 Sociedade Civil; sugeriu a interferência do Estado para que fosse
95 ampliado o plantio de espécies nativas da Caatinga; solicitou que fosse
96 dada uma atenção melhor para as instalações de Cisternas; sugeriu
97 que fosse adotado critério para acompanhamento da distribuição e
98 venda do milho aos agricultores; sugeriu que houvesse maior diálogo
99 entre os segmentos do Governo, Territórios de Identidade e os
100 Colegiados. Emídio Neto representante da Entidade Papamel membro
101 integrante do Cepram destacou os investimentos destinados ao
102 saneamento, a necessidade de maior controle social, as obras que
103 estão em andamento; sugeriu uma maior responsabilidade ambiental
104 por parte da Embasa diante de tantos investimentos que administra;
105 destacou que a questão da educação ambiental era fundamental;
106 ressaltou que precisava de educação ambiental para questão do uso
107 da água, sobretudo o que envolve a construção de poços artesianos e
108 fiscalização eficiente dessas obras; disse que seria necessário fazer
109 investimentos em ciência e tecnologia do Estado para que possam
110 utilizar os recursos naturais sem tantos impactos; registrou que a
111 Associação no município de Ipiauí pretendia doar um patrimônio para
112 instalação do Campus da Universidade Estadual da Bahia - Uneb, mas
113 estava impedida dessa ação por conta da constatação de uma dívida

114 que a mesma teria com o Estado; portanto solicitou que fosse
115 averiguada essa situação e uma forma de sanar essa irregularidade,
116 considerando a necessidade de permitir essa ação. Bruno Jardim
117 representante da Universidade Federal da Bahia – Ufba. sugeriu
118 acrescentar ao processo de educação ser compatível com a realidade
119 que se vive. Idalécio Ribeiro representante do Território de Identidade
120 Mata Atlântica membro integrante da Ciea pediu aos representantes
121 da Casa Civil, aos Secretários de Meio Ambiente e de Educação ajudar
122 a fortalecer a Ciea; propôs a construção de políticas públicas de
123 Educação Ambiental em salas de aulas, assim como para saneamento
124 básico eficiente e eficaz. Edilene Carvalho representante dos Índios
125 Paiaiás membro integrante da Ciea registrou que os Índios da
126 localidade cabeceira do Rio Utinga, Município de Utinga, teve um
127 Projeto financiado pela CAR para garantir o cultivo de 100 mil mudas
128 no viveiro; disse que 70% desse Projeto já foram concluídos, porém o
129 maior impasse era com a falta de Outorga, as cisternas existentes
130 estavam se danificando; enfrentou dificuldades para o fornecimento de
131 energia; nesse sentido requereu providências para solução do
132 problema. Teodomiro Souza representante da Federação dos
133 Trabalhadores na Agricultura do Estado da Bahia – Fetag sugeriu
134 acrescentar o produto Palma Doce juntamente ao Consórcio de
135 produção de feijão e milho, bem como o cultivo da semente crioula,
136 considerando ser um processo mais fácil. Eduardo Rode representante
137 do Crea-Ba fez algumas observações sobre os recursos disponíveis
138 pelo Estado e a falta de projetos para executar; enfatizou a falta de
139 planejamento; ressaltou a necessidade de se desenvolver projetos e
140 planos de ação que possam ser utilizados nos momentos de crises;
141 citou uma preocupação referente a proposta de construção da ponte da
142 Ilha de Itaparica; questionou se estaria previstos recursos para o
143 sistema de abastecimento de água àquela localidade, assim como os
144 investimentos necessários para o saneamento, em função da grande
145 especulação imobiliária que a Ilha sofrerá. Almir Requião representante
146 da Entidade Ambientalista Manguezal Meu Quintal, membro da Ciea
147 solicitou a ampliação do sistema de Esgotamento e Tratamento de
148 Esgoto - ETE no povoado da Penha, Município de Vera Cruz, bem
149 como uma atenção especial para com as Cisternas daquela localidade
150 e tratamento de fontes para fins de consumo humano. Rui Costa
151 respondeu às intervenções: agendar uma visita com os representantes
152 da Comunidade Quilombola no Município de Seabra para tratar do

153 assunto abordado por Julio Cupertino; registrou que o Comitê itinerante
154 se reuniram em alguns Territórios de Identidade com a participação da
155 sociedade civil; ressaltou a necessidade de diálogo com as entidades
156 local; salientou renovar disponibilidade para participar de qualquer
157 Fórum em qualquer localidade; disse que, com relação à ampliação do
158 Convênio para construção de Cisternas era a falta de Entidades para
159 concorrência na Licitação, por isso novos Editais estariam sendo
160 lançados no Diário Oficial do Estado, no sentido de acelerar a
161 execução; registrou que solicitaram à Procuradoria Geral do Estado –
162 PGE substituição da proposta de Convênio por Contrato; ressaltou que
163 o Governo tem a obrigação de criar políticas públicas, mas a realização
164 deve ser da sociedade usando os instrumentos governamentais; disse
165 que a falta de acesso ao milho havia sido regularizada; informou que
166 pretendia tornar obrigatório o plantio de mudas de Palmas para
167 qualquer Convênio condicionar para que tenha uma reserva alimentar;
168 comentou que, com relação à fiscalização de obras e paralisação,
169 defendia a idéia de mudar a forma de contratação de obras públicas
170 adotada pela Lei nº 8.666, infelizmente garante contratações de
171 fornecedores sem capacidade para execução, causando grandes
172 transtornos para os processos Licitatórios; respondeu ao conselheiro
173 Emídio Neto que a pendência de dívida pública para com o Estado não
174 seria impeditivo para cessão de patrimônio ao mesmo, por parte da
175 Entidade, contudo iria averiguar o assunto; com relação ao
176 questionamento de Bruno Jardim ressaltou que em 2007, o Estado não
177 encontrou nenhum tipo de Projeto dificultando o processo de captação
178 de recursos; com relação ao esgotamento sanitário, relatou que alguns
179 municípios considerados maiores: Feira de Santana, Jequié, Teixeira
180 de Freitas, Eunapólis, Juazeiro e outros ainda não haviam sido
181 contemplados com esse recurso; salientou que, quanto ao sistema de
182 esgotamento serão priorizadas as Cidades mais sensíveis do ponto de
183 vista ambiental; solicitou informações mais detalhadas de Edilene
184 Carvalho para melhor atendimento ao pleito; com relação ao não
185 funcionamento de poços, salientou que cabe ao município mantê-los
186 em funcionamento; sobre a Ilha de Itaparica registrou que existia
187 investimentos para água dimensionado à população local; disse que o
188 dimensionamento de água e esgoto estava direcionado ao Projeto pós
189 ponte e seria contemplado através Contrato de uma série de
190 Licitações realizadas para estudos da construção da ponte e conclusão
191 prevista no próximo ano, trata-se de um projeto mais completo;

192 registrou que seria averiguado a questão de tratamento das fontes
193 citadas por Almir Requião; por fim se colocou a disposição para
194 participar de outros eventos. O Iglesias Cabalero representante do
195 Sindicato dos Trabalhadores do Ramo Químico/Petróleo do Estado da
196 Bahia membro integrante do Cepram fez observações com relação à
197 Bolsa Estiagem; perguntou qual seria o planejamento para motivar a
198 produção dos Sertanejos, para que essa taxa de utilização deixe de
199 existir;

200

201 Disse que outro processo deve ser feito junto a Embasa para que os
202 Condomínios populares utilizasse o sistema de fornecimento de água
203 de individualizada, evitando o desperdício com redução do consumo,
204 reduzindo a geração de resíduos e melhoraria as questões ambientais,
205 com isso sobraria recursos para aplicar na educação, segurança e
206 outros benefícios; comentou que mesmo que não haja cobrança de
207 taxa de utilização da água, por parte da indústria, o Estado juntamente
208 com a Cetrel fiscalizasse o nível de captação e de uso da água nas
209 indústrias petroquímicas. Guilherme Moura representante da
210 Federação da Agricultura do Estado da Bahia fez referência ao papel
211 da Federação na problemática da Seca; registrou a presença de
212 Humberto Miranda vice-presidente de Desenvolvimento Agropecuário
213 da Casa, produtor rural em Miguel Calmon e presidente do Sindicato;
214 informou que o mesmo estava liderando esse processo de participação
215 junto às ações da Seca; salientou que a Federação estava atuando
216 fortemente com a sua base nessa questão da Seca; disse que a FAEB
217 se colocava a disposição para ajudar a mitigar os problemas dos
218 próximos anos; destacou ser necessário dar uma visão de futuro ao
219 semiárido, efetivar dinamismo econômico para região; pediu passar a
220 palavra a Humberto Miranda que disse em sua opinião, um dos
221 prejuízos maior era a baixa estima do agricultor; declarou que essa
222 situação deverá favorecer um ensinamento e uma lição para construir
223 um plano de Estado e não apenas de Governo, a ser cumprido pelos
224 próximos Governos e cobrado pela sociedade participante dessa
225 construção; ressaltou que deve dar continuidade as ações do Comitê
226 que foi criado, unir todo conhecimento local associado a expertises
227 governamental e as políticas públicas; comentou sobre a questão do
228 acesso ao milho; registrou que a Federação aceitou o convite do
229 Estado para criar um mecanismo que reduza o tempo de acesso entre

230 o pequeno produtor, as Organizações Sociais e Sindicatos Rurais.
231 Josemário Martins sugeriu que, além das ações para com o produto,
232 fosse trabalhada a questão dos recursos ao produtor; ressaltou que o
233 Estado construa um plano para revitalizar a questão da Agricultura e
234 Pecuária no semiárido. O conselheiro Evilásio Fraga reforçou a
235 questão da educação e aproveitamento bem planejado; citou a
236 necessidade de acelerar a construção da Barragem de Baraúna,
237 Município de Seabra; considerava que o Estado e a Sociedade devem
238 refletir no momento que se pensa nessas ações. Aurinézio Barbosa
239 representante do Comitê de Fomento Industrial – Cofic membro
240 integrante do Cepram perguntou se o Governo teria projeto para o
241 futuro, para fins de captação de água do Rio Pojuca considerando a
242 previsão de ocupação natural para região do Litoral Norte. Renato
243 Cunha representante do Grupo Ambientalista da Bahia – Gambá
244 destacou a importância fundamental desse tipo de reunião; reforçou a
245 importância da educação ambiental e respectivos projetos para o
246 fortalecimento da Ciea, bem como da gestão ambiental e
247 especificamente na questão de convivência com o semiárido; disse que
248 seria interessante obter informação da Casa Civil de quanto seria o
249 valor total. O conselheiro Eugênio Spengler informou que os
250 investimentos foram de 4 bilhões para água, 3 bilhões para
251 saneamento e esgotamento; perguntou se Comitê de Convivência
252 estava acompanhando a utilização desses recursos; ressaltou que
253 deve-se unir planos e programas com estratégias para execução,
254 buscando a articulação do Projeto de Zoneamento Ecológico
255 Econômico - ZEE; repensar a questão do marco regulatório dos
256 Convênios Wilson Andrade representante da Associação Baiana das
257 Empresas de Base Florestal - Abaf destacou alguns pontos
258 apresentados, a exemplo do volume dos recursos, o cuidado com as
259 obras grandes, e a forma de se trabalhar os pequenos produtores;
260 enfatizou que deve buscar recursos que facilite a execução do
261 Programa de combate e planejamento de Convivência da Seca; disse
262 em sua opinião que seria mais viável envidar esforços no processo de
263 desburocratização e sistematização. Em seguida passou a palavra a
264 Bento Ribeiro Filho diretor presidente da Companhia de Engenharia
265 Rural da Bahia - Cerb destacou com relação à questão da construção
266 da Barragem de Baraúna esclareceu que existia um processo para que
267 o projeto fosse executado há alguns anos, que não garantia
268 tecnicamente a execução dessa Barragem; ressaltou que será

269 necessário fazer uma reavaliação do projeto; constatou que os estudos
270 contribuíram com as alterações técnica construtiva da Barragem e
271 concluída no mês de abril e terá repercussão ao atingir a Comunidade
272 Quilombola de Baraúna; registrou que, de posse do projeto e estudos
273 paralelos, foi dada entrada no processo de licenciamento que irá
274 repercutir nas demandas ambientais e nos impactos que a construção
275 sofrerá, no sentido de atenuar as dificuldades, além disso todos os
276 processos das audiências públicas que necessariamente irão ocorrer
277 na cidade; esclareceu que, de todos os poços perfurados na Bahia, em
278 torno de 25% impede que esses poços sejam instalados por questão
279 de estrutura geológica; disse que, com referencia a planejamento de
280 perfuração de poço tratava de um manancial apenas para início de
281 processo para abastecimento público de água para o consumo
282 humano, após o poço perfurado se identifica a vazão, para que possa
283 avaliar a qualidade da água de forma a adequar ao poço. Luiz
284 Henrique assessor da Casa Civil comentou que o foco deste Governo
285 sempre foi à desconcentração dos investimentos; registrou que o
286 Programa Água para Todos era referência Nacional; falou que esse
287 Comitê começou com uma ação de enfrentamento dos efeitos da seca
288 e hoje votado para ações de convivência com o semiárido; salientou
289 que o principal objetivo será construir uma política de Estado de forma
290 participativa para semiárido; falou que o Comitê era constituído de
291 diversos órgãos do Estado Federal e Estadual, além dos comitês
292 itinerante realizados com secretários, prefeitos, com participação da
293 sociedade e dos técnicos das prefeituras, recentemente foi inaugurado
294 a participação da FAEB, UPB e de três representantes do Conselho
295 Rural; argumentou que muitas das ações e investimentos estão
296 carimbados com o PAC semiárido, mas também foi publicado uma
297 Portaria Interministerial motivado pelas reflexões do Governador a
298 Presidente da República em função dessas questões, a exemplo da
299 regularização fundiária teria que ser apresentada antes das obras
300 iniciadas, serão apresentadas com 70% das obras executadas, os
301 recursos de PAC não poderiam ser antecipados, com essa portaria a
302 obra contratada receberá 30%, após comprovação mais 40%, somente
303 com 70% precisará finalizar os trâmites burocrático desse projeto;
304 enfatizou que, o que fora carimbado como obras de desastres
305 receberão essa flexibilização; por fim com relação ao cultivo de maniva
306 de palmas o Ministério de Integração lançou um Programa de 100
307 milhões de reais para incentivo de produção de mandioca; relatou que

308 estava se discutindo com Embasa a questão de alternativa de água
309 para abastecimento de Salvador com a ampliação via Barragem Santa
310 Helena. O conselheiro Eugênio Spengler disse que o Estado estava
311 desenvolvendo o Zoneamento Ecológico Econômico – ZEE que vai a
312 Consulta Pública no segundo semestre; estava finalizando a
313 contratação para atualização de mapeamento de cobertura florestal do
314 Estado; informou que sete Planos de Bacias já foram contratados com
315 previsão de mais treze; espécies ameaçadas de extinção em fase de
316 elaboração; falou que estava em fase de contratação áreas prioritárias
317 de conservação; comentou que era preciso ter uma estratégia de água
318 para produção; investir e priorizar nas obras a serem construídas;
319 ressaltou que essa era uma visão geral de planejamento; ressaltou que
320 se deve trabalhar o conceito de revitalização de Bacias; registrou que
321 estava sendo revisto a partir do código florestal, a elaboração de um
322 ante projeto de Lei a ser submetido a algumas discussões; salientou
323 que para a política de reposição florestal do Estado da Bahia pretendia
324 inverter, ao invés de usar cem por cento de reposição, recolher um
325 percentual para recurso destinado a fomento florestal na agricultura
326 familiar e trabalhar prioritariamente com rebatimento num percentual,
327 para quem faz reposição de cultivo de florestas com planta nativa
328 precisaria ter uma política de reposição associada a algumas áreas,
329 também pensando nos arranjos produtivos na indústria de móveis;
330 ressaltou que o grande desafio a ser enfrentado em relação à
331 construção da ponte, será o impacto além da Ilha – estratégia geral de
332 planejamento e Plano de Bacias. Sem mais nada a ser discutido, a sessão foi
333 encerrada. Eu, Eliuda Soares lavro esta Ata que vai assinada por mim e os demais
334 membros integrantes deste Colegiado. Salvador, 08 de maio de 2013.

335 **Presidente:** Eugênio Spengler

336 **Secretária Executiva:** Mariana Mascarenhas

337 **Membros:**

338 Almir Requião – Manguezal Meu Quintal/Reaba

339 Aurinézio Barbosa – Cofic

340 Bernadeth Simões – Bioma Caatinga

341 Bruno Jardim – Ufba.

342 Claudio Carilo Magalhães – Copiba

343 Claudio Magalhães – Assoc. Cultura e Religiosa Sitio da Paz

344 Daniel Barreto – Bioeste

345 Demóstenes Filho – Cetrel

346 Edelzuita Silva – Seplan

347 Edilene Carvalho – Indigena

- 348 Eduardo Rode – Crea-Ba
- 349 Emídio Neto – Papamel
- 350 Ernesto Filho – Mineração Caraíba
- 351 Evilasio Fraga – Faeb/Sindicato Rural de Coaraci
- 352 Fábía Pimentel – Sesab
- 353 Fabiana Mattos – Seplan
- 354 Gertha Almeida – PGE
- 355 Guilherme Moura – Faeb
- 356 Hélio Vasconcellos – Sicm
- 357 Idalécio dos Santos- Mata Atlântica
- 358 Iglésias Cabalero – Sind. dos Trab. do Ramo Químico Petroleiro do Estado da Bahia
- 359 Jorge da Silva – Abenfac
- 360 José Cisino - Aiba
- 361 José Luciano – Cetrel S/A
- 362 Josemário Martins – Sind. de Trab. e Trab. Rurais de Santo Amaro S/A.
- 363 Julio Cupertino – Quilombola Baixão Velho
- 364 Kátia Lima – Seagri
- 365 Leila Oliveira – Sindicato Rural de Camacan
- 366 Leonardo Lopes – Embasa
- 367 Marcos Gonçalves – Seinfra
- 368 Marina Sacchi – Rejuma
- 369 Melquiades Oliveira – Cepedes
- 370 Renato da Cunha – Gambá
- 371 Ricardo Cassamassimo – Sindpacel
- 372 Rita Lima – Assoc. Amigos do Ile Ase Oya Tola
- 373 Rodrigo Stolze – Sema
- 374 Sergio Bastos – Sinpeq
- 375 Teodomiro Souza - Fetag
- 376 Ticiano Oliveira – Agenda
- 377 Valter da Silva – Setre
- 378 Vera Frazão - Seinfra
- 379 Wilson Andrade – Abaf
- 380 Zanna Matos – Sema
- 381 **Secretaria Executiva dos Colegiados Ambientais:**
- 382 Marília Gavazza
- 383 Eliuda Soares
- 384 Iala Queiroz
- 385 **Assessoria Especial:**